

Pessoal Inativo e Pensionistas	118.858	1.839
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	118.858	1.839
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS ÑÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)	122.754	1.991
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	6.838	1.026
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	115.916	966
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	191.382	274
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		191.656

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	552.733.063
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) =(IV/V) * 100	0,034674
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,104352	576.788
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> 0,099135	547.952
FONTE: SIAFI e COFIC/SŌF/TŠE	

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19 de maio de 2011.

Nº 188, quinta-feira, 29 de setembro de 2011

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ELIZABETH RIGHETTI MORAIS Secretária de Orçamento e Finanças

EDUARDO DE SEIXAS SCOZZIERO Secretário de Controle Interno e Auditoria

REGINA CÉLIA M. S. HICKMAN DOMENICI Diretora-Geral

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 931, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Des. Suzana Maria Carvalho Oliveira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, XXXIV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00 e o teor da Portaria 249, de 30/04/10, da Secretaria do Tesouro Nacional, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro/2010 a agosto/2011, constante do anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

## Des<sup>a</sup> SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" ) R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	(Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS	
	(a)	A PAGAR NÃO PRO-	
		CESSADOS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	50.481	(b) 3.195	
Pessoal Ativo	42.960		
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	12.700	3.173	
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta) Demais Despesas com Pessoal Ativo Pessoal Inativo e Pensionistas			
da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	42.960	3.195	
Pessoal Inativo e Pensionistas			
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Orgão)			
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	7.521		
Outras despesas de nessoal decorrentes de Contratos de	7.321		
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)			
DESPESAS NAO COMPUTADAS (8 1º do art 19 da LRF) (II)	7.567	3.195	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores	65	3.195	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.502		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I- II)	42.914	12.014	
$\underline{DESPESA} \ TOTAL \ COM \ PESSOAL - DTP \ (IV) = (IIIa + IIIb)$	1	42.914	

ADUDAÇÃO DO CUMBRIMENTO DO LIMITE LECAL	MALOD
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL	0,007764
(VI) = (IV/V) * 100	
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	78.311
0,014168	
LIMITE PRUDENCIAL(parágrafo único do art. 22 da LRF)	74.392
0.013459	

Fonte: SIAFI e SAO/COFIN/TRE-SE

<sup>1</sup>Valores referente à Portaria STN n° 647, de 19/09/2011.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No en-

do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também conside-

radas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a)Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega de material ou serviço, nos

termos do art. 63 da Lei 4.320/64: b)Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, considera-

das as liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64

> Aracaju, 28 de setembro de 2011 WILLAMS DE LUCENA ALVES Secretário de Administração e Orçamento

ADAIL VILELA DE ALMEIDA Coordenador de Controle Interno e Auditoria

MARIA CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS

DES SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA Presidente

# 3ª REGIÃO

## PORTARIA Nº 89, DE 23 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2011, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

# Des DEOCLÉCIA AMORELLI DIAS

### **ANEXO**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011 DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 1/			.: 12
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EX	ilmos 12 meses)	
DESI ESA COM I ESSOAE	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar	Total
	(a)	Não Processa-	(c)=(a) + (b)
	(4)	dos	(c)-(u) · (c)
		(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.068.380	20.184	1.088.564
Pessoal Ativo	761.131	17.515	778.646
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	5	-	5
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	761.126	17.515	778.641
Pessoal Inativo e Pensionistas	307.249	2.669	309.918
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	451	-	451
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	=	-